

RAULINO REITZ: As encruzilhadas de um escritor

Por Walter F. Piazza

Diz o aforismo popular que até as pedras se encontram e então indago por que dois catarinenses, com idéias convergentes, não se encontrariam?

As encruzilhadas da vida fizeram com que tivesse vários encontros marcantes com Raulino Reitz. Foram encruzilhadas em nossas vidas.

Delas vamos rememorar os mais expressivos.

1. O nascimento dos "Anais Botânicos"

Corria o ano de 1949e freqüentávamos, como muitos outros intelectuais catarinenses, o Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, dirigido pelo incansável conhecedor de Santa Catarina, Victor Antônio Peluso Junior.

Raulino Reitz ali estava às voltas com a impressão do primeiro número dos "Anais Botânicos" do Herbário "Barbosa Rodrigues", que fundara.

Assim vimos nascer na máquina "multilith" daquele Departamento aquela publicação de tão alto valor científico.

A divulgação do trabalho científico de Raulino Reitz alcança foros internacionais quando, em 1949, o Serviço Nacional da Malária necessita de um cientista capaz de estudar as relações entre parasitas retentoras de água estagnada e a criação de mosquitos, portadores de malária.

Aquele Serviço Nacional dirigiu-se à Sociedade de Botânica da Grã-Bretanha solicitando o envio de um especialista e a resposta inglesa é que o Brasil possuía em Santa Catarina, mais precisamente no Seminário de Azambuja, Brusque, um estudioso das bromélias.

E, a obra de Raulino Reitz foi, dia a dia, se ampliando.

E continuamos a ter em mãos a sua obra, quer os "Anais Botânicos", que, depois, se tornou o subtítulo de "Sellowia", quer outras publicações de sua lavra, notadamente no campo da História.

2. Um trabalho difícil e de amplas discussões

Ao trabalhar, por volta de 1960, para transformar o antigo prédio do Seminário de Azambuja no Museu "Dom Joaquim", Raulino Reitz, no seu dinamismo e na sua visão universal das Ciências, pensou numa secção de arte sacra.

Recolheu, aqui e acolá, peças de estatuária religiosa produzidas por colonos, com os mais diversos materiais construtivos, nas diversas regiões do Estado, confeccionados por homens rudes, que desejavam manifestar a sua fé e de cada uma

deu-nos uma fotografia, com a respectiva identificação.

O trabalho não foi fácil. Em algumas comunidades houve necessidade de fazer troca por imagens mais modernas. Em outras comunidades ficou assentada uma cessão temporária, para atender o momento de inauguração daquele Museu.

Certa comunidade lhe cedeu a imagem da Santa de sua devoção, que viera da Itália, com os primeiros imigrantes. Inaugurado o Museu a imagem, por qualquer motivo, não lhes foi devolvida e a revolta, entre os habitantes da localidade, transformou-se em questão vital.

Um belo dia, faz-se uma expedição para retirar a Santa do Museu "Dom Joaquim". Parte uma altiva senhora, com seus assessores, e retiraram daquele Museu a tão valiosa imagem e a colocaram em seu lugar de origem.

Esta é uma das muitas histórias que envolveram Raulino Reitz na sua luta pela organização daquele Museu.

3. Um parecer sobre a História da Igreja

O nosso escrito "A Igreja em Santa Catarina - notas para a sua História", entregue por Dom Afonso Niehues ao Governador Antonio Carlos Konder Reis, foi encaminhada ao Conselho Estadual de Cultura, onde teve como relator Raulino Reitz.

A 29 de agosto de 1988 o seu parecer aprobatório foi aceito por aquele Conselho.

Não é um parecer laudatório, pura e simplesmente. Trata-se de uma análise, em alguns pontos aprofundada.

Entretanto, à margem do parecer, Raulino Reitz procurou o Autor da obra para algumas elucidações e, também, para oferecer sugestões.

Era o intelectual procurando reconhecer o trabalho que, pela primeira vez, em forma de livro, se dava ao público de Santa Catarina, na dimensão devida, a História da Igreja Católica Apostólica Romana, no seu evoluir, nos seus aspectos mais marcantes.

Foi, então, nessa troca de idéias, que se conheceu o que realizara, até então, Raulino Reitz.

Temos dele, então, numa nota datilografada as dimensões estatísticas do seu trabalho, principalmente da sua produção científica.

4. A botânica de Freitas Noronha

Nas minhas buscas de documentos sobre Santa Catarina, nos arquivos lisboetas, em 1979, encontrei um códice aquarelado sobre frutos existentes na Capitania de Santa Catarina.

Tal trabalho de autoria de Antonio José de Freitas Noronha, fôra elaborado em 1803, a mando do Governador da Capitania, Joaquim Xavier Curado.

É uma excelente amostra do que se possuía em termos de frutos nativos na Ilha de Santa Catarina e no seu continente.

Uma cópia fotográfica do códice aquarelado ofereci a Raulino Reitz e passei-lhe alguns dados sobre Freitas Noronha, que se transportara, em 1749, com seus pais e irmãos da

Ilha da Madeira para a de Santa Catarina e, aqui, fez carreira no Regimento de Infantaria da Ilha - o "Barriga-Verde".

Dai nasceu uma idéia que não se concretizou, de um trabalho conjunto, a propósito daquele autor e daquela obra.

Este é um dos aspectos mais fascinantes da História Cultural de Santa Catarina, que temos aprofundado e que, futuramente, poderá merecer melhor estudo.

5. A ocupação do Alto Vale do Biguaçu

O seu interesse pela História de Santa Catarina é demonstrado desde cedo.

Em 1948 publica "Paróquia de Sombrio", em edição própria.

Naquele mesmo ano apresenta ao I Congresso de História Catarinense a "História da Botânica Catarinense", que publicará no n° 1 dos "Anais Botânicos", do Herbário "Barbosa Rodrigues".

Ainda, no campo da História, dá-nos "Frutos da Imigração - História e Genealogia da Família Reitz", edição própria, de 1963.

E, em 1988, numa co-edição da Editora da UFSC com a Lunardelli, nos oferece "Alto Biguaçu - narrativa cultural tetrarracial".

O seu interesse pela ocupação do alto vale do rio Biguaçu, ou seja, do seu município natal - Antônio Carlos - levou-o à novas investigações que culminaram em discussões levadas a efeito no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, nos meses que precederam à sua morte.

Ali apresentou fotografias de um marco de pedra que encontrara no divisor de águas ente os rios Biguaçu e Maruí, com inscrição contemporânea ou aproximada a da abertura do caminho de São José e Lages.

A partir de então tivemos freqüentemente telefonemas seus, a propósito da elucidação daquelas inscrições ou da provável feitura daquele marco.

E, ainda, tentou colocar a problemática da fundação da colônia São Pedro de Alcântara, em 1829, e o posicionamento do autor da escolha do local, Silvestre José dos Passos, dentro de uma análise mais ampla.

A sua busca de documentos passou a ser incessante, objetivando melhor esclarecimento da História Regional, quando a morte o retirou do seio dos seus amigos.

6. O acadêmico eleito e não empossado

Humildemente inscreveu-se para uma das vagas da Academia Catarinense de Letras.

A sua eleição para a Cadeira n° 7, a 11 de outubro de 1990, com a votação integral dos 32 acadêmicos votantes que lhe sufragaram o nome, foi a consagração pelo consenso!

Dias depois, a 30 de outubro do mesmo ano, reuniram-se os acadêmicos para um jantar de confraternização, no restaurante "Mamma Carmela", comemorativo aos 70 anos da Academia. Lá, sentados próximos, tivemos o prazer da sua convivência e da sua palestra amena.

Aquela foi a sua efetiva posse na Academia

Catarinense de Letras, pois, pelo seu falecimento, a 21 de novembro de 1990, frustrou-se a posse protocolar.

O filho de Nicolau Adão Reitz e de D^a Ana Wilvert Reitz, nascido em Antônio Carlos, no alto vale do Biguaçu, a 19 de setembro de 1919 e que se chamou Raulino Reitz foi um catarinense que, pelo seu amor à Terra Natal e pela sua dedicação à Ciência, quer na Botânica, quer na História, se alçou na ambiência cultural da Pátria Brasileira e no reconhecimento universal!

- - - -

Padronização dos atos oficiais do Governo do
Estado de Santa Catarina

Talita de Almeida Telemberg Soares
Gerente do NTM dos Documentos Oficiais
Presidente da Comissão

Cabe à Secretaria de Estado da Justiça e Administração, como órgão central do Sistema Patrimonial e Organizacional do Poder Executivo, dentre outras atividades, normatizar, padronizar e controlar a produção de documentos oficiais, com vistas à guarda permanente daqueles que constituirão o Patrimônio Documental do Estado.

A Gerência do Núcleo Técnico de Monitoramento dos Documentos Oficiais-Arquivo Público do Estado, a qual essas atividades competem diretamente, ficou incumbida de formar uma comissão para a elaboração do Manual de Redação do Governo do Estado.

Designada por Portaria do Secretário do Estado da Justiça e Administração, a comissão contou, inicialmente, com a participação da Secretaria de Estado da Casa Civil e da Assembleia Legislativa; com o pedido de afastamento de seus representantes, a Comissão, hoje reestruturada, está formada por representantes da Secretaria de Estado da Justiça e Administração, Procuradoria Geral do estado, Secretaria da Saúde, Secretaria do Planejamento e Fazenda e da Imprensa Oficial do Estado.

O Manual de Redação Oficial do Estado foi elaborado com base nas normas estabelecidas pelo Governo Federal e nas obras dos mais renomados escritores da língua portuguesa, especialmente aqueles que tratam mais exaustivamente sobre a redação de textos oficiais.

A parte principal do referido manual é a que sistematiza os aspectos essenciais dos documentos oficiais, padronizando sua diagramação, exibindo modelos esquemáticos,